



**UNEB – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IX
COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MATHEUS LIMA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA ESTRUTURAÇÃO
DE EMPRESAS RECÉM-ESTABELECIDAS PARA ACESSO AO
MERCADO FINANCEIRO**

BARREIRAS-BA

2024

MATHEUS LIMA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA ESTRUTURAÇÃO DE
EMPRESAS RECÉM-ESTABELECIDAS PARA ACESSO AO
MERCADO FINANCEIRO**

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia, Campus IX, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ramão Jorge Dornelles

BARREIRAS-BA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.
Dados fornecidos pelo próprio autor.

SILVA, Matheus Lima

A importância da contabilidade na estruturação de empresas recém-estabelecidas para acesso ao mercado financeiro / Matheus Lima SILVA. Orientador(a): Ramão Jorge Dornelles. Coorientador(a): Pedro Augusto Bittencourt Cerqueira. Barreiras, 2024.

50 p.

TCC (Graduação - Ciências Contábeis). Universidade do Estado da Bahia. Barreiras. 2024.

1. A importância da contabilidade. 2. Gestão financeira. 3. Mercado financeiro. I. Dornelles, Ramão Jorge. II. Cerqueira, Pedro Augusto Bittencourt. III. Universidade do Estado da Bahia. Barreiras. IV. Título.


CDD: 657

TERMO DE APROVAÇÃO

MATHEUS LIMA SILVA

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA ESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS RECÉM-ESTABELECIDAS PARA ACESSO AO MERCADO FINANCEIRO.


Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Cibtábeis, à Universidade do Estado da Bahia- UNEB, pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **RAMAO JORGE DORNELLES**
Data: 03/01/2025 10:31:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ramão Jorge Dornelles. (Orientador)

Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.


Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente
 **DELYANA SANTANA DE BRITTO MARINHO**
Data: 08/01/2025 11:15:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Me. Delyana Santana de Britto Marinho

Mestrado em Educação e Contemporaneidade.

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Documento assinado digitalmente
 **CELSO ALMEIDA DE LACERDA**
Data: 07/01/2025 22:07:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Celso Almeida de Lacerda

Mestre em Educação, Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Barreiras-BA, 18 de dezembro de 2024.

RESUMO

O estudo aborda a contabilidade como uma ferramenta crucial de apoio para novas empresas no mercado de capitais. Em um cenário econômico competitivo e regulado, a contabilidade desempenha um papel vital na gestão financeira e na conformidade regulatória das pequenas empresas. O estudo tem como objetivo analisar como a contabilidade pode atuar como ferramenta estratégica para apoiar empresas recém-estabelecidas em sua inserção e permanência no mercado financeiro. Os resultados destacam que a adoção eficaz dessas ferramentas contribui significativamente para o sucesso e a estabilidade das empresas no mercado de capitais. Concluiu-se que contabilidade é fundamental para estruturar empresas recém-estabelecidas, oferecendo transparência e controle financeiro que facilitam o acesso ao mercado de capitais. Com informações claras e conformidade regulatória, as empresas ganham credibilidade junto a investidores e instituições financeiras, o que fortalece sua posição no mercado e impulsiona o crescimento e consolidação no mercado.

Palavras-Chave: Gestão financeira. Contador. Estratégia.

ABSTRACT

The study addresses accounting as a crucial support tool for new companies in the capital market. In a competitive and regulated economic landscape, accounting plays a vital role in the financial management and regulatory compliance of small businesses. The study aims to analyze how accounting can act as a strategic tool to support newly established companies in their insertion and permanence in the financial market. The results highlight that the effective adoption of these tools contributes significantly to the success and stability of companies in the capital market. It was concluded that accounting is fundamental to structuring newly established companies, offering transparency and financial control that facilitate access to the capital market. With clear information and regulatory compliance, companies gain credibility with investors and financial institutions, which strengthens their position in the market and drives growth and consolidation in the market.:

Keywords: Financial management. Accountant. Strategy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CVM-** Comissão de Valores Mobiliários
CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis
NBC- Normas Brasileiras de Contabilidade
ROI- Retorno Sobre o Investimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE	11
2.2 NORMAS E REGULAMENTAÇÃO	12
2.3 ÁREA FINANCEIRA	15
2.3.1 Tesouraria	15
2.3.2 Planejamento financeiro	16
2.3.3 Controle interno	17
2.3.4 Gestão do fluxo de caixa	18
2.3.5 Apuração da movimentação	19
2.3.6 Pagamento de fornecedores	20
2.3.7 Disponibilização de verba/controle de estoque	20
2.3.8 Reembolso de despesas	21
2.3.9 Gestão de compras	22
3. GESTÃO CONTÁBIL NAS EMPRESAS RECÉM-FORMADAS	24
3.1 PLANEJAMENTO E ESTRUTURAÇÃO INICIAL	25
3.2 CONTROLE FINANCEIRO E TOMADA DE DECISÃO	26
3.3 PRÁTICAS E FERRAMENTAS CONTÁBEIS	27
3.3.1 Gestão fiscal e tributária	32
3.3.2 Indicadores de desempenho e análise financeira	32
3.3.3 Pequenas empresa	33
3.3.4 Micro empresa	37
3.3.5 Médias empresas	38
4. ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO	40
4.1 MERCADO DE CAPITAIS	41
4.2 MERCADO DE CAPITAIS E A ECONOMIA	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade desempenha um papel fundamental no mundo dos negócios, oferecendo uma estrutura essencial para a organização e gestão das informações financeiras das empresas. Ela possibilita a coleta, análise e interpretação de dados financeiros, permitindo que os gestores tomem decisões informadas e estratégicas. Com a evolução das práticas contábeis, a contabilidade se tornou uma ferramenta indispensável para a manutenção da saúde financeira e o sucesso a longo prazo das organizações.

As ferramentas de gestão contábil são instrumentos cruciais que auxiliam na administração eficiente das finanças empresariais. Entre essas ferramentas, destacam-se os sistemas de contabilidade, os relatórios financeiros e as análises de desempenho, que fornecem dados precisos e em tempo real sobre a situação financeira da empresa. Esses recursos não apenas garantem a conformidade com as normas e regulamentações, mas também permitem a identificação de oportunidades e riscos, contribuindo para a otimização dos processos de gestão.

No contexto das pequenas empresas, essas ferramentas contábeis assumem um papel ainda mais relevante. Pequenos empreendimentos frequentemente enfrentam desafios significativos, como a gestão eficiente de recursos limitados e a adaptação às dinâmicas do mercado. Para este estudo, considera-se como empresas recém-estabelecidas aquelas com até cinco anos de operação, que enfrentam os primeiros desafios financeiros e estruturais em mercados competitivos.

A utilização adequada das ferramentas contábeis pode proporcionar uma visão clara sobre a saúde financeira da empresa, ajudando a planejar e executar estratégias eficazes para o crescimento e a consolidação no mercado. Para as pequenas empresas que buscam ingressar e prosperar no mercado de capitais, a contabilidade se torna um aliado estratégico essencial. A aplicação das ferramentas contábeis permite uma gestão financeira robusta e transparente, facilitando a avaliação e a atração de investidores. Além disso, uma contabilidade bem estruturada pode auxiliar na elaboração de relatórios financeiros que atendam às

exigências dos mercados de capitais, proporcionando a confiança necessária para a negociação e captação de recursos.

Tendo isso em vista, o presente artigo levantou a seguinte questão norteadora: de que maneira as ferramentas contábeis podem oferecer suporte estratégico para que as empresas enfrentem os desafios e aproveitem as oportunidades no mercado de capitais?

Este estudo justifica-se pela crescente importância da contabilidade como ferramenta estratégica. Quando utilizada de forma eficaz, ela não apenas facilita a tomada de decisões financeiras bem informadas, mas também assegura a conformidade com as regulamentações do mercado de capitais, promovendo maior transparência e confiança. Assim, compreender a aplicação e os benefícios das ferramentas contábeis oferece uma base sólida para que essas empresas possam otimizar seus recursos, atrair investidores e sustentar seu crescimento a longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a estabilidade financeira das novas empresas no mercado de capitais.

Para a realização deste estudo, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados na base SciELO, abrangendo o período de 2015 a 2024, devido à relevância de estudos recentes para a compreensão da evolução das ferramentas contábeis no contexto empresarial.

A pesquisa configurou-se como uma investigação bibliográfica, baseada na análise de teses, legislações, artigos científicos, monografias, projetos e diversas obras literárias que embasaram o estudo. Durante o processo, os dados foram comparados, permitindo a análise crítica das informações e a construção do texto científico. A pesquisa bibliográfica, reconhecida como ponto inicial essencial de qualquer investigação, consiste na revisão de literatura, possibilitando o aprofundamento teórico e a identificação de lacunas no conhecimento existente.

Assim, o estudo tem como objetivo geral: analisar como a contabilidade pode atuar como ferramenta estratégica para apoiar empresas recém-estabelecidas em sua inserção e permanência no mercado de financeiro. E como objetivos específicos: investigar como a contabilidade pode auxiliar na tomada de decisões estratégicas para a sustentabilidade das empresas recém-estabelecidas no mercado; explorar a evolução da contabilidade e sua importância atual para a gestão empresarial moderna; avaliar a contribuição da contabilidade no processo

de mitigação de riscos financeiros; identificar as principais práticas contábeis que contribuem para a organização financeira de empresas recém-estabelecidas.

Este estudo partiu de um tema principal e está subdividido em cinco capítulos delimitados: No Capítulo I, apresenta a introdução, os objetivos, justificativa e a metodologia. No Capítulo II, é abordada a origem da contabilidade e seu desenvolvimento. No Capítulo III, discute-se a gestão contábil nas empresas recém-formadas. No Capítulo IV, é destacada a estrutura do mercado financeiro. E no Capítulo V, apresenta as considerações finais e as referências.

Quanto à relevância deste estudo, destaca-se como uma contribuição significativa para a sociedade acadêmica, profissionais da área e a população em geral. Para o meio acadêmico, oferece subsídios teóricos e metodológicos que enriquecem o debate sobre a atuação da contabilidade como ferramenta essencial na gestão de empresas, incentivando novas pesquisas e inovações no campo. Entre os profissionais, destaca-se por apresentar práticas e abordagens contábeis que podem otimizar a tomada de decisões e garantir a conformidade legal, aprimorando a eficiência e a competitividade das organizações. Para a população, o estudo esclarece o impacto da contabilidade na sustentabilidade e no crescimento econômico das empresas, favorecendo a geração de empregos e o fortalecimento do mercado, o que contribui para o desenvolvimento social e econômico.

CAPÍTULO II

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo destaca a importância da contabilidade na estruturação de empresas recém-estabelecidas, ressaltando seu papel fundamental na viabilização do acesso ao mercado financeiro. A contabilidade, ao organizar e fornecer informações precisas sobre a situação financeira e patrimonial da empresa, torna-se essencial para atrair investidores e obter linhas de crédito, elementos indispensáveis para o crescimento sustentável.

A pesquisa enfatiza que um planejamento contábil bem elaborado não só garante a conformidade com as regulamentações, mas também contribui para decisões estratégicas informadas, melhorando a credibilidade da empresa perante as instituições financeiras. Essa abordagem contábil robusta facilita a inserção das empresas no mercado financeiro e proporciona uma base sólida para o sucesso e a longevidade dos novos negócios.

Com o objetivo de dar sustentação teórica ao trabalho, o referencial teórico abordará, de forma sucinta, a origem e a evolução da contabilidade, destacando como sua prática tem se consolidado como um instrumento essencial para a gestão empresarial. Serão discutidas as principais normas de regulamentação contábil aplicáveis no contexto brasileiro, com foco nas exigências legais para pequenas empresas.

Além disso, será explorado o papel da contabilidade no gerenciamento financeiro e na tomada de decisões estratégicas dessas organizações. Por fim, será apresentada uma visão geral da estrutura do mercado financeiro, enfatizando as oportunidades e os desafios enfrentados por empresas de pequeno porte em sua inserção nesse ambiente competitivo.

2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE

De acordo com Leite et al. (2014), os primeiros indícios da contabilidade remontam a 6.000 a.C., quando registros eram feitos por meio de desenhos em pedras e cavernas. O desenvolvimento dessa prática foi bastante lento, e apenas por volta de 2.000 a.C. surgiram inovações significativas, com os egípcios utilizando o papiro e o cálamo para a escrita.

No entanto, a maioria dos estudiosos concorda que a contabilidade, como disciplina estruturada, teve seu marco inicial com a publicação do livro *La Summa de Aritmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*, de Frei Pacioli, em 1494. No Brasil, conforme Silva e Assis (2015), os primeiros registros contábeis também foram encontrados em forma de desenhos e pinturas em pedras e cavernas, particularmente nas regiões de Minas Gerais e Piauí.

A prática contábil, no entanto, começou a se consolidar no Período Colonial, quando era utilizada principalmente para calcular a extração de recursos naturais, como o pau-brasil e os minerais. Dessa forma, durante o ciclo do ouro, mecanismos de cobrança de tributos foram desenvolvidos para fiscalizar e arrecadar impostos nas capitâneas que exploravam esses recursos. Com o avanço desse processo, entre as décadas de 1930 e 1960, a profissão de contador começou a ganhar maior relevância no cenário econômico (Silveira, 2021).

A contabilidade evoluiu ao longo dos séculos, passando de práticas rudimentares até se tornar uma profissão regulamentada e amplamente reconhecida. Foi apenas em 1946 que a profissão de contador foi oficialmente legalizada no Brasil, sendo inicialmente conhecida como "guarda-livros". Durante esse período, a contabilidade ganhou organização no ensino comercial, refletindo a crescente importância da profissão no cenário econômico.

Segundo Leite et al. (2014), entre as décadas de 1960 e o fim do século XX, empresas públicas e privadas passaram a ser submetidas a um controle mais rigoroso, tanto em termos de fiscalização quanto de contabilidade. Nesse contexto, várias leis foram criadas, como a Lei Orçamentária, a Lei Bancária e a Lei do Mercado de Capitais, para garantir maior regulação e transparência nas práticas financeiras. Um marco importante foi a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 1976, cujo objetivo era proteger os pequenos acionistas e fortalecer o mercado de capitais.

Com o desenvolvimento da contabilidade no Brasil, destaca-se a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005 e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) em 2011 como grandes avanços para padronizar e regulamentar as práticas contábeis no país. Atualmente, o Brasil adota as normas internacionais de contabilidade, alinhando-se às diretrizes globais para garantir maior integração no mercado internacional.

Diante disso, é evidente que compreender a história da contabilidade é fundamental para entender os avanços da área e a necessidade de estar em sintonia com os métodos globais de contabilidade, ajustando-se às demandas de cada tipo de negócio.

2.2 NORMAS E REGULAMENTAÇÃO

A atuação do contador no contexto das normas e regulamentações contábeis é fundamental para assegurar a integridade e a transparência das informações financeiras das organizações. Em um ambiente empresarial cada vez mais regulamentado, o cumprimento dessas normas é essencial para o bom funcionamento dos negócios, além de ser crucial para manter a confiança de investidores, acionistas e outras partes interessadas. Nesse cenário, o papel dos contadores é de grande relevância.

As normas contábeis formam a base da contabilidade, definindo diretrizes para o registro, mensuração e divulgação de transações financeiras. No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é a entidade responsável por emitir essas normas, incluindo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), como a NBC T 1, que estabelece disposições gerais para as demonstrações contábeis, e a NBC T 16.10, que trata dos arrendamentos mercantis. Ambas influenciam significativamente as práticas contábeis das empresas (Oliveira, 2019).

Os contadores devem ter um entendimento profundo dessas normas e aplicá-las em suas atividades diárias. A contabilidade é uma área dinâmica, que exige que os profissionais estejam atualizados sobre as mudanças nas normas, a fim de garantir a relevância e a utilidade das informações financeiras. Além das normas emitidas pelo CFC, as empresas também devem seguir regulamentações

específicas de seus setores. As normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) são um exemplo de regulamentação com impacto global, especialmente para organizações que operam internacionalmente. Assim, os contadores desempenham um papel vital em assegurar a conformidade com essas normas complexas (Lima, 2018).

Os órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil, também têm um papel crucial na supervisão das práticas contábeis das empresas de capital aberto, garantindo a precisão e a confiabilidade das informações financeiras divulgadas. Os contadores são essenciais na preparação dessas informações e na assistência durante auditorias externas que validam a conformidade regulatória.

Além de seguir as normas, os contadores interpretam e aplicam essas diretrizes nas operações das organizações, garantindo que as informações financeiras sejam apresentadas de maneira clara e acessível. Essa tarefa requer uma compreensão abrangente dos princípios contábeis e a habilidade de avaliar o impacto das transações nas demonstrações financeiras.

Os contadores também têm um papel significativo na identificação de riscos contábeis e na implementação de controles internos para mitigá-los. Eles colaboram com a alta administração para alinhar as práticas contábeis aos objetivos estratégicos da organização, sempre pautados por princípios de integridade e ética, dada a natureza sensível das informações financeiras que manuseiam (Oliveira, 2019).

É importante destacar que os contadores enfrentam desafios consideráveis no atual ambiente empresarial, como a crescente complexidade das transações financeiras e as constantes mudanças nas regulamentações. A globalização dos negócios exige que esses profissionais estejam sempre aprendendo e se adaptando. A transformação digital também está alterando a forma como os dados financeiros são coletados e reportados, levando os contadores a adotar novas tecnologias que automatizam tarefas rotineiras e possibilitam uma análise mais estratégica (Lima, 2018).

Assim, a atuação dos contadores nas normas contábeis e regulamentações é crucial para garantir a integridade e a transparência das informações financeiras. Eles desempenham um papel fundamental na aplicação das normas contábeis, na

conformidade com regulamentações governamentais e na interpretação de diretrizes contábeis em um cenário empresarial em constante evolução. A capacidade de se manter atualizado, interpretar normas e aplicar práticas contábeis éticas é vital para o sucesso das organizações e para a confiança dos investidores.

Nesse sentido, a contabilidade se revela uma disciplina intimamente ligada às normas e regulamentações que estruturam a forma como as organizações apresentam suas informações financeiras. Essas normas são essenciais para garantir a uniformidade e a transparência das informações, estabelecendo os princípios que as empresas devem seguir ao registrar e divulgar suas operações e resultados financeiros (Martins, 2019).

No Brasil, as normas contábeis são influenciadas por órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A CVM, em particular, tem um papel significativo na regulamentação das empresas de capital aberto, definindo diretrizes contábeis que devem ser observadas.

Além disso, as normas internacionais, como o International Financial Reporting Standards (IFRS), também impactam as práticas contábeis no Brasil. A adoção do IFRS visa alinhar as práticas contábeis brasileiras às internacionais, aumentando a comparabilidade das informações financeiras das empresas do país (Marion, 2018).

Por fim, a complexidade da regulamentação contábil representa um desafio para empresas e profissionais da área. As frequentes alterações nas normas e regulamentos exigem que os contadores estejam em constante atualização. A habilidade de interpretar e aplicar corretamente essas normas é crucial para assegurar a conformidade e a precisão das demonstrações financeiras.

Portanto, as normas contábeis e a regulamentação são fundamentais para a contabilidade brasileira, promovendo a consistência e a transparência das informações financeiras das empresas, influenciadas por órgãos reguladores e padrões internacionais. A capacidade de compreender e aplicar essas normas é essencial para os profissionais da contabilidade (Martins, 2019).

2.3 ÁREA FINANCEIRA

A área financeira é um componente fundamental na gestão de recursos, tanto em nível pessoal quanto empresarial. Ela permeia nossas vidas, influenciando escolhas, o bem-estar financeiro e a capacidade de planejar um futuro seguro. No ambiente corporativo, a função financeira é crucial para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos, o controle de custos e a gestão de riscos, afetando diretamente a saúde financeira da organização (Campos et al., 2019).

A gestão financeira é o núcleo vital de qualquer empresa, responsável por garantir a utilização eficiente dos recursos e a sustentabilidade financeira. Assim como o sangue mantém o corpo funcionando, a gestão financeira é essencial para assegurar que a empresa tenha os meios necessários para alcançar seus objetivos. Por meio de estratégias financeiras bem definidas, as organizações podem maximizar seu potencial de crescimento e alcançar o sucesso.

Ademais, essa área é fundamental na avaliação de investimentos e na redução de riscos. As demonstrações financeiras atuam como um conjunto de imagens que, quando organizadas de maneira eficaz, revelam uma narrativa clara sobre a saúde financeira da empresa. Com base nessas informações, os investidores podem tomar decisões mais embasadas, enquanto as organizações têm a oportunidade de identificar áreas para melhoria e crescimento (Almeida et al., 2021).

2.3.1 Tesouraria

A atuação do profissional contábil na área de tesouraria é essencial para garantir uma administração eficiente dos recursos financeiros em uma organização. A contabilidade desempenha um papel central no suporte à tomada de decisões financeiras, assegurando um controle rigoroso sobre os fundos e ativos da empresa, além de promover o cumprimento das obrigações fiscais. Com base em referências relevantes, este texto examinará as responsabilidades desse profissional no contexto da tesouraria (Lima et al., 2018).

Nesse cenário, o contador atua estrategicamente, fornecendo dados financeiros precisos e atualizados, que são fundamentais para decisões gerenciais eficazes. Considerada a "linguagem dos negócios", a contabilidade oferece

informações cruciais sobre as transações financeiras, registra o fluxo de caixa e auxilia no cumprimento eficiente das obrigações financeiras. Isso contribui diretamente para a saúde financeira da organização e para o planejamento futuro.

A contabilidade também é indispensável na elaboração de relatórios financeiros, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, que permitem avaliar a situação econômica da empresa e garantir a transparência perante os acionistas e órgãos reguladores. Além disso, a contabilidade é uma ferramenta essencial no planejamento tributário, sendo crucial para a identificação de incentivos fiscais e para a implementação de estratégias que reduzam custos e maximizem os lucros (Almeida et al., 2021).

Outra atribuição importante do contador na tesouraria é a gestão de riscos financeiros. Esses profissionais auxiliam na elaboração de orçamentos, projeções de fluxo de caixa e análises de indicadores financeiros, permitindo que a organização tome decisões fundamentadas sobre investimentos e financiamentos. Assim, a contabilidade contribui de forma decisiva para a estabilidade e o crescimento sustentável da empresa.

2.3.2 Planejamento financeiro

O planejamento financeiro desempenha um papel central na gestão das finanças de empresas e indivíduos, permitindo alcançar metas financeiras e otimizar o uso de recursos. Nesse sentido, os profissionais contábeis têm uma contribuição indispensável, fornecendo orientações especializadas e auxiliando na formulação de decisões financeiras mais sólidas (Santos; Vasconcelos, 2019). Ao integrar análise, previsão e controle das finanças, o planejamento financeiro assegura que os objetivos estratégicos sejam atingidos de forma eficaz.

Esse processo envolve etapas como a criação de orçamentos, a análise do fluxo de caixa e a avaliação de investimentos, que são conduzidas com precisão pelos contadores. A elaboração de demonstrativos financeiros, como o balanço patrimonial e a demonstração de resultados, exemplifica como a contabilidade oferece uma base sólida para o planejamento estratégico. Esses documentos são essenciais para mensurar a saúde financeira e traçar estratégias a longo prazo.

Na área tributária, os contadores desempenham um papel crucial, pois ajudam na otimização da carga tributária por meio de incentivos fiscais e da conformidade com as normas legais. Essa expertise não só reduz custos, mas também aumenta a competitividade das organizações no mercado. Além disso, os profissionais da contabilidade têm um papel relevante na identificação e mitigação de riscos financeiros, utilizando ferramentas como análises de sensibilidade e modelagem financeira para prever e minimizar impactos adversos nas finanças (Silva; Santos, 2020).

Com sua capacidade técnica e visão estratégica, os contadores se tornam indispensáveis para o sucesso financeiro. Eles atuam como parceiros fundamentais dos gestores, garantindo que as decisões sejam bem informadas e sustentáveis a longo prazo. Assim, a sinergia entre contadores e gestores fortalece a estabilidade financeira e promove o crescimento sustentável das organizações.

2.3.3 Controle interno

O controle interno constitui uma peça fundamental na governança corporativa e na gestão de riscos organizacionais. Ele engloba um conjunto de políticas, procedimentos e práticas adotados para proteger os ativos, assegurar a confiabilidade das informações financeiras e garantir o cumprimento das regulamentações aplicáveis. Nesse contexto, o papel do profissional contábil é indispensável na concepção, implementação e manutenção de sistemas de controle interno eficazes.

Como apontado por Dias et al. (2019), o controle interno atua como uma ferramenta essencial para a gestão eficiente de recursos, promovendo a confiabilidade das informações contábeis e financeiras. Os profissionais contábeis têm um papel crucial na identificação e documentação dos processos organizacionais, na avaliação de riscos e na implementação de controles específicos que assegurem a integridade das operações.

A prevenção e detecção de fraudes são aspectos centrais do controle interno. Os contadores desempenham um papel estratégico na identificação de áreas vulneráveis a práticas fraudulentas, na aplicação de procedimentos de auditoria e na análise de transações suspeitas. Além disso, o controle interno também é

indispensável para a conformidade regulatória, garantindo que a empresa siga normas contábeis e atenda às exigências legais. O envolvimento dos contadores assegura a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e o cumprimento das obrigações regulatórias.

Assim, a atuação do contador no controle interno vai além do registro de dados financeiros, abrangendo a gestão de processos que promovam a transparência e a confiança nas operações empresariais. A colaboração entre contadores e a alta gestão é vital para a construção e manutenção de sistemas robustos de controle interno, que contribuem diretamente para o sucesso organizacional (Carvalho, 2018).

2.3.4 Gestão do fluxo de caixa

A gestão do fluxo de caixa é um elemento essencial para a administração financeira de qualquer organização, sendo responsável por monitorar e controlar as entradas e saídas de recursos monetários. Essa prática garante que a empresa mantenha sua liquidez e seja capaz de honrar seus compromissos financeiros. Nesse contexto, o papel do profissional contábil se destaca, ao auxiliar na elaboração e implementação de estratégias eficazes de controle e projeção do fluxo de caixa.

O fluxo de caixa, considerado um dos indicadores financeiros mais relevantes, reflete a capacidade da empresa de sustentar suas operações e cumprir obrigações como o pagamento de dívidas e financiamentos. Profissionais contábeis têm a habilidade de realizar análises detalhadas e projeções baseadas em dados históricos e tendências de mercado. Essas análises não apenas orientam a tomada de decisões estratégicas, mas também ajudam na identificação de possíveis problemas de liquidez antes que eles impactem as operações da empresa (Nakamura, 2019).

Adicionalmente, a previsão e o controle rigoroso das receitas e despesas são pilares da gestão do fluxo de caixa. Contadores são responsáveis por desenvolver modelos financeiros que permitem estimar entradas e saídas futuras, contribuindo para a preparação de cenários de escassez ou excesso de capital. Além disso, a supervisão precisa das transações financeiras garante conformidade e precisão

nos registros, evitando erros e inconsistências que podem prejudicar o desempenho financeiro da organização (Lunkes et al., 2018).

Portanto, a atuação do contador na gestão do fluxo de caixa é indispensável para a saúde financeira e a estabilidade das empresas. Ao trabalhar em parceria com a alta administração, esses profissionais oferecem insights valiosos que impulsionam decisões estratégicas e promovem uma administração financeira sólida e sustentável.

2.3.5 Apuração da movimentação

A apuração da movimentação financeira constitui uma etapa essencial no processo contábil, caracterizada pelo registro sistemático e cálculo das transações financeiras realizadas por uma empresa. Esse processo é fundamental para garantir informações econômicas e financeiras precisas e confiáveis, sendo indispensável para a elaboração de relatórios contábeis e para a tomada de decisões estratégicas.

Como evidenciam Carvalho et al. (2019), essa etapa exige a aplicação rigorosa das normas e princípios contábeis vigentes. O papel do contador é garantir a correta classificação e registro das transações, assegurando que os dados estejam em conformidade com as exigências regulamentares e atendam às necessidades gerenciais. Esse trabalho permite a consolidação de demonstrações financeiras que refletem a real situação patrimonial da empresa.

Outro aspecto crucial da apuração é a análise de indicadores financeiros. Liquidez, rentabilidade e solvência, entre outros, são calculados para fornecer uma visão abrangente da saúde financeira da organização. Profissionais da contabilidade utilizam esses indicadores para apoiar a gestão na avaliação de desempenho e no planejamento estratégico. Além disso, o controle de custos, outra dimensão relevante, envolve a identificação de gastos diretos e indiretos, contribuindo para a eficiência operacional e a competitividade da empresa (Nakamura, 2019).

Assim, a apuração da movimentação financeira é um processo que fortalece a governança corporativa e a transparência, sendo um elemento indispensável na gestão eficiente e responsável de qualquer organização.

2.3.6 Pagamento de fornecedores

A gestão eficaz dos pagamentos a fornecedores é uma prática indispensável para a saúde financeira e operacional de uma empresa. Ela assegura o cumprimento das obrigações financeiras, evita atrasos e mantém relações comerciais sólidas. Nesse processo, o profissional contábil desempenha um papel estratégico ao supervisionar e executar tarefas que garantem a precisão e a pontualidade das transações financeiras.

Conforme destacam Gomes et al. (2019), a gestão de pagamentos a fornecedores abrange a coordenação de diversos processos financeiros, como a validação de faturas, a programação de pagamentos e a reconciliação de contas. O contador assegura que os registros contábeis reflitam fielmente as obrigações assumidas e que não ocorram inconsistências que comprometam a integridade dos dados financeiros.

Uma responsabilidade essencial do contador é a verificação da exatidão das faturas. Este profissional avalia detalhadamente os documentos recebidos para garantir que os valores cobrados estejam em conformidade com os acordos contratuais e que eventuais erros sejam identificados antes da liquidação. Além disso, o gerenciamento de prazos é crítico para evitar atrasos que possam gerar multas ou prejudicar a reputação da empresa. Segundo Pereira e Lima (2020), o contador desempenha um papel fundamental na elaboração de cronogramas de pagamentos, alinhando as prioridades da empresa às condições negociadas com os fornecedores.

Dessa forma, o contador atua como um elo vital entre o departamento financeiro e o setor de compras, promovendo a integração de processos e o cumprimento de metas financeiras. Essa colaboração contribui para a eficiência da gestão de pagamentos e fortalece a confiança nas relações comerciais.

2.3.7 Disponibilização de verba/control de estoque

A gestão de verbas financeiras é essencial para a eficiência e crescimento de qualquer organização. Ela envolve a alocação estratégica de recursos financeiros, visando atingir metas operacionais e estratégicas, e depende fortemente do

trabalho do profissional contábil. Este profissional desempenha um papel vital na elaboração de orçamentos, análises financeiras e na garantia de que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e conforme as regulamentações vigentes.

De acordo com Oliveira e Lima (2019), a gestão de verbas compreende desde a identificação de fontes de recursos até a análise de resultados financeiros. A função do contador nessa área abrange a coleta de dados, elaboração de relatórios financeiros detalhados e acompanhamento do orçamento. Esses relatórios permitem à alta administração avaliar a eficiência no uso das verbas e tomar decisões estratégicas sobre investimentos ou ajustes de custos.

Além disso, o controle de custos, essencial para a disponibilização de recursos, é um elemento chave dessa gestão. O contador identifica áreas de desperdício e oportunidades para alocar recursos em iniciativas estratégicas. O controle de estoques é igualmente crítico para as empresas, influenciando tanto a operação quanto a saúde financeira. Ele visa equilibrar oferta e demanda, minimizar custos de armazenamento e garantir a disponibilidade de produtos, o que afeta diretamente os resultados financeiros da empresa.

Assim, Santos et al. (2019) destacam que o profissional contábil desempenha um papel essencial nesse processo, especialmente na coleta e análise de dados relacionados a estoques. A escolha de métodos de custeio, como PEPS ou UEPS, é uma das responsabilidades centrais dos contadores, pois influencia os custos registrados e os resultados financeiros.

O acompanhamento contínuo dos níveis de estoque e a reconciliação entre registros contábeis e estoques físicos são igualmente importantes. Os contadores garantem que discrepâncias sejam rapidamente identificadas e resolvidas. Essa integração entre contabilidade e gestão de estoques otimiza processos e reduz riscos, garantindo eficiência operacional. Esses dois pilares, gestão de verbas e controle de estoques, são exemplos claros da relevância do profissional contábil para a estabilidade e o sucesso de organizações de qualquer porte.

2.3.8 Reembolso de despesas

O reembolso de despesas é uma prática comum em empresas, envolvendo a devolução dos valores gastos pelos colaboradores em nome da organização.

Nesse processo, o profissional contábil desempenha um papel essencial na gestão e no controle, assegurando que as operações sejam realizadas de maneira transparente e eficiente.

Esse procedimento exige que os funcionários apresentem as devidas prestações de contas, e cabe ao contador validar a conformidade das despesas com as políticas internas da empresa. Um aspecto importante dessa função é a análise das políticas de reembolso, onde o contador colabora na definição de diretrizes claras que garantam a equidade e o cumprimento das normas fiscais aplicáveis (Gomes et al., 2019).

Ademais, a elaboração de relatórios financeiros e o correto registro das transações são elementos cruciais. Os contadores são responsáveis por manter registros precisos das transações de reembolso, garantindo que as informações financeiras estejam devidamente documentadas para auditorias.

A colaboração eficaz entre a contabilidade e o departamento de recursos humanos é vital para assegurar que os processos de reembolso sejam conduzidos de forma clara e eficiente. O contador, ao trabalhar em conjunto com outras áreas da empresa, tem um papel decisivo na melhoria desses processos (Silva; Oliveira, 2020).

2.3.9 Gestão de compras

A gestão de compras desempenha um papel fundamental na administração das empresas, afetando diretamente os custos, a qualidade dos produtos e a eficiência operacional. Nesse contexto, o profissional contábil exerce um papel essencial no gerenciamento e controle das compras, assegurando que os processos sejam conduzidos de maneira eficiente e dentro das normas estabelecidas (Leite et al., 2014).

O processo de gestão de compras envolve desde a identificação das necessidades de aquisição até a seleção de fornecedores, negociação de contratos e monitoramento do cumprimento dos acordos. Os contadores são responsáveis pela análise e pelo registro adequado das transações relacionadas a compras. Um aspecto importante da função contábil é a revisão dos contratos e acordos, onde o

contador garante que os termos acordados sejam favoráveis à empresa e que as obrigações estejam devidamente claras e registradas (Almeida et al., 2021).

Além disso, o controle de custos e despesas nas compras é uma responsabilidade crucial. Os contadores devem avaliar os custos envolvidos, identificando áreas onde os gastos podem ser reduzidos ou mais bem otimizados. A colaboração entre a contabilidade e o setor de compras é essencial para garantir a transparência e a eficiência nos processos de aquisição, minimizando riscos e contribuindo para a melhoria contínua das práticas organizacionais. O contador, ao colaborar com outros departamentos, tem um papel decisivo na otimização dos processos de compras e na redução de custos excessivos.

CAPÍTULO III

3. GESTÃO CONTÁBIL NAS EMPRESAS RECÉM-FORMADAS

A contabilidade desempenha um papel essencial no desenvolvimento e na consolidação de empresas recém-estabelecidas. Entre os principais benefícios oferecidos pela contabilidade, destacam-se a redução de riscos, a identificação de oportunidades e a construção de credibilidade perante instituições financeiras.

A contabilidade permite que os gestores identifiquem e mitiguem riscos financeiros, operacionais e fiscais logo nos primeiros estágios de uma empresa. Por meio de ferramentas como a análise de fluxo de caixa e o controle orçamentário, é possível antecipar gargalos financeiros, evitando problemas como a falta de liquidez e atrasos em pagamentos. Segundo Borna (2002), o monitoramento contínuo das finanças possibilita a detecção de padrões que podem indicar falhas operacionais ou oportunidades de melhoria, como a renegociação de contratos ou a realocação de recursos (Campos et al., 2019).

Além disso, a contabilidade também é fundamental na identificação de oportunidades de crescimento. Informações contábeis detalhadas permitem que os gestores analisem a viabilidade de investimentos, avaliem novos mercados e realizem expansões planejadas. Empresas que utilizam dados contábeis como base para suas decisões estratégicas conseguem identificar tendências do mercado com mais assertividade, aproveitando momentos de alta para maximizar seus lucros.

Outro benefício significativo da contabilidade para empresas recém-estabelecidas é a construção de credibilidade junto a instituições financeiras e investidores. Relatórios contábeis claros, precisos e bem estruturados são ferramentas indispensáveis para demonstrar a saúde financeira da empresa. Essa transparência é crucial para acessar linhas de crédito, obter financiamentos e atrair investidores. Instituições financeiras utilizam dados contábeis para avaliar o potencial de retorno sobre o investimento, sendo a contabilidade um pré-requisito para estabelecer confiança (Franco, 2016).

Além disso, a credibilidade contábil aumenta a competitividade no mercado. Empresas que mantêm boas práticas contábeis são vistas como mais organizadas e confiáveis, o que atrai parceiros comerciais e facilita negociações. Uma gestão

contábil eficiente contribui para o fortalecimento da reputação empresarial, proporcionando uma vantagem competitiva importante em mercados altamente competitivos.

A contabilidade é uma ferramenta indispensável para empresas recém-estabelecidas. Ela não apenas reduz riscos e identifica oportunidades estratégicas, como também fortalece a imagem da empresa perante instituições financeiras e investidores. O investimento em práticas contábeis de qualidade é um diferencial para empresas que buscam consolidar sua posição no mercado e alcançar crescimento sustentável (Jordan et al., 2017).

Em resumo, a contabilidade é um dos pilares fundamentais para a estruturação e o sucesso de empresas recém-estabelecidas. Ela oferece ferramentas essenciais para o planejamento financeiro, formalização e suporte à gestão estratégica, promovendo a sustentabilidade e o crescimento organizacional. A seguir, são discutidos aspectos específicos de como a contabilidade contribui para o desenvolvimento das empresas.

3.1 PLANEJAMENTO E ESTRUTURAÇÃO INICIAL

Na etapa inicial de um empreendimento, a elaboração de planos financeiros e orçamentários desempenha um papel central na viabilidade do negócio. Por meio da contabilidade, é possível projetar fluxos de receita, estimar custos e identificar possíveis desafios financeiros. A contabilidade fornece as ferramentas necessárias para a análise crítica da saúde financeira da empresa, permitindo que os gestores tomem decisões mais informadas desde o início. Sem um planejamento financeiro adequado, empresas correm maior risco de insolvência, especialmente em seus primeiros anos de operação. Além disso, o planejamento orçamentário ajuda a evitar surpresas financeiras e contribui para a organização e o controle dos recursos.

Outro aspecto crucial é o papel da contabilidade na formalização da empresa. Para operar legalmente, é necessário cumprir uma série de exigências fiscais e tributárias, que podem variar conforme o porte e o ramo de atividade do negócio. Profissionais da contabilidade facilitam esse processo ao orientar sobre o

enquadramento tributário mais adequado, realizar o registro nos órgãos competentes e providenciar a emissão de documentos essenciais, como notas fiscais e certidões. A formalização é um passo indispensável para que a empresa ganhe credibilidade no mercado e tenha acesso a benefícios fiscais, linhas de crédito e incentivos governamentais, fatores que podem ser decisivos para o crescimento e a sustentabilidade do negócio (Martins, 2019).

Portanto, a contabilidade não apenas oferece suporte estratégico e financeiro, mas também assegura que a empresa esteja em conformidade com as regulamentações legais, o que é essencial para seu funcionamento adequado e seu sucesso no mercado (Ferreira, 2021).

3.2 CONTROLE FINANCEIRO E TOMADA DE DECISÃO

Após a estruturação inicial de um empreendimento, o controle financeiro contínuo é fundamental para a manutenção da saúde econômica da empresa. Ferramentas como o fluxo de caixa são essenciais para monitorar as entradas e saídas de recursos, proporcionando uma visão clara das operações financeiras. Esse controle não apenas permite que a empresa mantenha sua liquidez, mas também ajuda a identificar potenciais problemas financeiros antes que se tornem críticos. Além disso, a gestão de custos é crucial, pois permite a identificação de despesas excessivas, possibilitando o direcionamento mais eficiente dos recursos e investimentos. Empresas que utilizam essas ferramentas de maneira eficaz estão mais preparadas para se adaptar a mudanças econômicas, o que fortalece sua competitividade no mercado (Franco, 2016).

A contabilidade desempenha um papel estratégico ainda mais importante na tomada de decisões empresariais. Com base em informações financeiras detalhadas e precisas, os gestores podem tomar decisões informadas sobre investimentos, expansão de operações e estratégias de mercado. O uso de relatórios contábeis, como balanços patrimoniais e demonstrações de resultados, permite a análise do desempenho econômico, identificando áreas de melhoria e ajudando a maximizar os resultados financeiros. Essa abordagem estratégica é essencial para o crescimento sustentável da empresa e para a sua capacidade de se destacar no longo prazo (Assaf Neto, 2018).

Além disso, o impacto da contabilidade vai além da gestão interna. Ela também proporciona maior transparência para stakeholders externos, como investidores e instituições financeiras. Esses stakeholders dependem dos dados contábeis para avaliar a credibilidade da empresa e sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras. Empresas com práticas contábeis robustas têm mais facilidade para acessar o mercado financeiro, seja por meio de financiamentos ou atração de investidores, o que aumenta significativamente suas chances de sucesso e expansão (Martins, 2019).

Dessa forma, o papel da contabilidade na estruturação e no desenvolvimento de empresas é multifacetado. Desde o planejamento financeiro inicial até o suporte nas decisões estratégicas, a contabilidade se torna uma aliada indispensável para gestores que buscam eficiência operacional, crescimento sustentável e maior competitividade no mercado. O uso adequado das ferramentas contábeis não só reduz riscos, mas também amplia as oportunidades de inserção e sucesso no mercado competitivo.

3.3 PRÁTICAS E FERRAMENTAS CONTÁBEIS

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel crucial na economia brasileira, movimentando cerca de R\$ 420 bilhões anuais, o que representa aproximadamente um terço do Produto Interno Bruto (PIB) e gera mais de 54% dos empregos formais no país (SEBRAE, 2022). Apesar de sua relevância, muitas dessas empresas enfrentam altos índices de mortalidade, com cerca de 22,5% fechando as portas nos primeiros cinco anos de operação. Em Minas Gerais, essa taxa de mortalidade chega a 30% (SEBRAE, 2023). Esses números ressaltam a importância de uma gestão eficiente, capaz de superar desafios financeiros e operacionais, e a contabilidade emerge como uma ferramenta essencial nesse processo.

Com a intensificação da concorrência e mudanças constantes no mercado, as vantagens competitivas antes consideradas diferenciais agora são requisitos básicos para a sobrevivência das pequenas empresas. Nesse cenário, a contabilidade, ao se adaptar às inovações tecnológicas, tem um papel cada vez

mais relevante. Ela auxilia na coleta e análise de dados financeiros, oferecendo informações que permitem aos gestores tomar decisões estratégicas, de forma embasada e com maior precisão.

No entanto, muitos empreendedores ainda subestimam a importância da contabilidade, seja por falta de conhecimento ou negligência, especialmente nas fases iniciais de seus negócios (Martins; Almeida, 2020). Isso ocorre apesar da contabilidade ser fundamental para a estruturação, manutenção e crescimento da empresa. Ela não só fornece os registros necessários para o cumprimento das obrigações fiscais, mas também oferece uma visão clara da saúde financeira do negócio, permitindo que o empresário tome decisões informadas e sustentáveis.

Como apontado por Costa et al. (2020), a contabilidade não pode ser vista apenas como uma obrigação fiscal, mas como uma ferramenta estratégica essencial para o crescimento sustentável das MPEs. O alinhamento entre a contabilidade e a gestão empresarial é crucial, já que qualquer descompasso pode resultar em riscos significativos para a continuidade do negócio. Contadores habilitados desempenham um papel educativo, esclarecendo os empresários sobre a importância dos procedimentos contábeis e garantindo que eles compreendam como essas práticas impactam diretamente nas decisões estratégicas.

Além disso, a contabilidade é essencial para avaliar a receita, despesas, custos e lucros da empresa, permitindo que os proprietários monitorem a situação financeira de forma contínua. Com o uso adequado de ferramentas contábeis, como balancetes e relatórios financeiros, é possível identificar problemas financeiros precocemente, evitando surpresas desagradáveis e permitindo a tomada de ações corretivas antes que a situação se agrave. Empresas que negligenciam essa área, especialmente quando o próprio empreendedor assume a responsabilidade pela contabilidade sem qualificação, enfrentam maiores dificuldades em sobreviver no mercado (Braga, 2019).

Portanto, a contabilidade é uma aliada imprescindível para a sustentabilidade das pequenas empresas. Ao fornecer informações detalhadas e precisas sobre o desempenho financeiro e permitir a análise estratégica dos resultados, ela contribui para a mitigação de riscos, o aumento da competitividade e o fortalecimento da posição da empresa no mercado. É fundamental que os empreendedores

reconheçam a importância dessa área e busquem profissionais qualificados para garantir uma gestão eficiente e segura.

A presença de um contador qualificado nas pequenas empresas é fundamental para garantir a gestão contábil eficiente e a redução de riscos financeiros, tributários e operacionais que podem comprometer a continuidade do negócio. De fato, como enfatiza Gomes (2014), a contabilidade vai além de suas funções tradicionais, servindo como uma ferramenta estratégica crucial para a tomada de decisões assertivas e a manutenção da competitividade no mercado.

Uma das principais responsabilidades do contador é o desenvolvimento e acompanhamento do planejamento estratégico da empresa, que deve incluir a definição de políticas, metas e ações. A partir da elaboração e análise de indicadores financeiros e não financeiros, a contabilidade permite que a gestão avalie a saúde financeira da empresa, identifique áreas de melhoria e, com base nisso, tome decisões informadas. Entre os aspectos não financeiros que a contabilidade pode ajudar a monitorar estão a adoção de inovações tecnológicas, a satisfação dos clientes e a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos, que, de acordo com Gomes (2014), são fundamentais para o sucesso a longo prazo da empresa.

Além disso, a atuação da contabilidade contribui para uma integração mais eficiente entre os dados financeiros e os operacionais da empresa. Por exemplo, ao conectar os setores de marketing, compras e vendas com a contabilidade, o contador auxilia na formulação de estratégias viáveis, considerando os recursos financeiros disponíveis e as necessidades operacionais. Isso torna a gestão mais eficiente e permite a realização de ações mais precisas e focadas nos objetivos da organização.

Para as pequenas empresas que desejam se inserir ou manter sua posição no mercado de capitais, a contabilidade se torna ainda mais imprescindível. A transparência financeira, o controle rigoroso e a conformidade com as normas exigidas pelas entidades reguladoras, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), são aspectos fundamentais para garantir a confiança de investidores e facilitar o acesso a novos investimentos. A contabilidade, nesse contexto, deve ser vista como um suporte

essencial para o planejamento estratégico, a tomada de decisões e o cumprimento das obrigações legais (Silveira, 2021).

Além das demonstrações financeiras tradicionais, como o balanço patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a contabilidade deve adotar as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), que são importantes para padronizar as informações contábeis. A utilização dessas normas não só melhora a comparabilidade dos dados, mas também fortalece a transparência das informações divulgadas, aumentando a confiança dos investidores e permitindo que as empresas se alinhem com as práticas internacionais. Isso facilita a captação de recursos, especialmente de investidores estrangeiros (Garcia; Nascimento, 2020).

O uso de indicadores financeiros, como EBITDA, Retorno Sobre Investimento (ROI) e análise de solvência, também desempenha um papel crítico na gestão de riscos, ajudando as pequenas empresas a prever e mitigar riscos financeiros. Com esses indicadores, é possível monitorar a performance da empresa de forma contínua, identificando eventuais problemas antes que se tornem críticos para o negócio.

Além disso, a implementação de sistemas de gestão contábil informatizados, como softwares de contabilidade e sistemas de gestão empresarial (ERP), tem se mostrado uma solução eficaz para otimizar os processos financeiros. Esses sistemas não só aumentam a eficiência no controle financeiro, mas também reduzem a probabilidade de erros, tornando a empresa mais ágil e adaptável às exigências do mercado (Costa et al., 2020).

Portanto, a contabilidade, quando aplicada de maneira eficiente, é um diferencial estratégico para as pequenas empresas que buscam crescer, se consolidar e ter sucesso no mercado de capitais. Ela não apenas garante a conformidade e a transparência financeira, mas também contribui para uma gestão mais eficaz, permitindo que as empresas atraiam investidores, otimizem suas operações e fortaleçam sua posição no mercado.

3.3.1 Gestão fiscal e tributária

A gestão fiscal e tributária é uma prática essencial para a sobrevivência e o crescimento sustentável das pequenas e médias empresas (PMEs). Esse processo envolve o planejamento, controle e acompanhamento das obrigações fiscais, além da análise das melhores estratégias para reduzir os custos tributários de forma legal e ética. Quando bem implementada, a gestão fiscal não apenas garante a conformidade com a legislação vigente, mas também contribui para o aumento da competitividade e da saúde financeira das empresas.

Um dos principais aspectos da gestão tributária é o planejamento tributário, que permite às empresas identificar os regimes fiscais mais adequados às suas operações. Regimes como o Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real possuem diferentes requisitos e benefícios, sendo essencial a análise contábil para escolher aquele que oferece maior eficiência tributária, levando em consideração o porte e o setor da empresa. Segundo Carvalho e Amaral (2021), a escolha inadequada do regime tributário pode impactar diretamente a lucratividade, gerando custos desnecessários que comprometem o fluxo de caixa e a capacidade de reinvestimento.

Outro ponto crucial é o cumprimento das obrigações acessórias, como a entrega de declarações fiscais, o registro contábil e o pagamento de tributos dentro dos prazos estipulados. A não conformidade pode acarretar penalidades severas, como multas e restrições financeiras, comprometendo a imagem e a operação da empresa. Lima et al. (2020) destacam que o uso de softwares de gestão contábil-fiscal automatizados auxilia no cumprimento dessas obrigações, minimizando erros humanos e aumentando a confiabilidade dos dados.

Além disso, a gestão fiscal estratégica permite identificar oportunidades de incentivos fiscais oferecidos pelo governo. Esses benefícios, muitas vezes subutilizados, podem ser fundamentais para empresas de pequeno porte. Programas de incentivo em áreas como inovação tecnológica e sustentabilidade permitem a redução da carga tributária, possibilitando a ampliação de investimentos em áreas estratégicas do negócio (Santos et al., 2019).

Por fim, é fundamental que a gestão fiscal e tributária esteja integrada à estratégia geral da empresa, promovendo uma visão de longo prazo e alinhando-

se aos objetivos organizacionais. Isso requer profissionais capacitados, como contadores e consultores fiscais, que possam atuar de forma proativa na prevenção de problemas e na identificação de oportunidades. De acordo com Araújo e Medeiros (2020), uma gestão fiscal eficiente fortalece a credibilidade das empresas perante o mercado e as instituições financeiras, favorecendo o acesso a crédito e parcerias estratégicas.

3.3.2 Indicadores de desempenho e análise financeira

Indicadores de desempenho e análise financeira são ferramentas indispensáveis para a gestão estratégica das empresas, pois fornecem uma visão abrangente sobre a saúde financeira, operacional e estratégica do negócio. Esses recursos auxiliam os gestores na tomada de decisões informadas, na correção de desvios e no planejamento de ações futuras, promovendo o crescimento sustentável da organização.

Os indicadores de desempenho financeiro são essenciais para medir a lucratividade, eficiência e liquidez das empresas. Métricas como margem de lucro, retorno sobre o investimento (ROI) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) avaliam a capacidade da empresa de gerar lucros a partir de suas operações e ativos. Segundo Oliveira e Almeida (2020), o acompanhamento sistemático desses indicadores permite identificar tendências, como o aumento nos custos operacionais ou a redução na margem de lucro, que podem exigir ajustes no planejamento estratégico.

A análise de liquidez, por exemplo, desempenha um papel crucial na avaliação da capacidade da empresa de cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo. Indicadores como índice de liquidez corrente e índice de liquidez seca fornecem informações sobre a gestão de ativos e passivos. Conforme Costa et al. (2021), empresas com baixa liquidez podem enfrentar dificuldades para financiar operações e honrar dívidas, o que pode prejudicar sua credibilidade no mercado.

Além disso, a análise de endividamento é um componente central para avaliar a saúde financeira das empresas, especialmente em contextos onde o crédito é necessário para expansão ou estabilização. Indicadores como o índice de

endividamento total e a cobertura de juros mostram o nível de exposição da empresa ao risco financeiro. Uma análise aprofundada desses dados permite equilibrar o uso de capital próprio e de terceiros, otimizando o custo de capital, como destacado por Santos e Moreira (2019).

Outro aspecto essencial é o uso de indicadores operacionais, que complementam os dados financeiros ao avaliar a eficiência das operações da empresa. Exemplos incluem giro de estoques, ciclo operacional e ciclo de conversão de caixa, que ajudam a identificar gargalos operacionais e a melhorar a eficiência no uso de recursos. Segundo Silva e Barros (2018), a integração entre indicadores financeiros e operacionais fortalece a capacidade da empresa de responder a mudanças no ambiente de negócios.

Finalmente, a tecnologia desempenha um papel importante no uso e análise de indicadores financeiros. Ferramentas de business intelligence (BI) e sistemas integrados permitem a visualização em tempo real de métricas financeiras, aumentando a agilidade na tomada de decisões. A automação desses processos também reduz a margem de erro e melhora a precisão das análises, como observado por Lima et al. (2020).

3.3.3 Pequenas empresa

As pequenas empresas desempenham um papel essencial no tecido econômico de muitos países. No Brasil, elas são definidas com base em critérios como faturamento anual e número de funcionários. De acordo com a Lei Complementar nº 155/2016, uma empresa de pequeno porte tem receita bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões. No setor industrial, elas podem ter até 99 colaboradores, enquanto no setor comercial esse número é limitado a 49 funcionários (SEBRAE, 2022).

As pequenas empresas (PEs) no Brasil são definidas pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Essa lei classifica como pequena empresa aquela que possui uma receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00. O enquadramento de pequenas empresas busca estabelecer um regime simplificado que as favoreça no cumprimento de obrigações

tributárias e legais, com o objetivo de estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e o fortalecimento da economia nacional (Brasil, 2006).

Segundo Leite (2015), as pequenas empresas possuem características próprias, como uma estrutura organizacional mais robusta do que a das microempresas, mas ainda com um porte limitado quando comparadas às médias e grandes empresas. Essas empresas frequentemente enfrentam desafios em áreas como inovação, tecnologia e competitividade no mercado. Além disso, Leite destaca que, devido à menor escala de operação, as pequenas empresas podem ter menos capacidade para competir com empresas de maior porte, o que torna as políticas públicas de incentivo ainda mais importantes para sua sustentabilidade e crescimento.

Ferreira e Santos (2017) enfatizam o papel das pequenas empresas no desenvolvimento econômico e social, especialmente em países emergentes como o Brasil. Essas empresas são fundamentais para a criação de empregos, pois frequentemente empregam mão de obra local e estimulam o crescimento das economias regionais. Ferreira e Santos argumentam que as pequenas empresas são responsáveis por uma grande parte da produção e prestação de serviços, representando uma alternativa viável de geração de renda em áreas com menor presença de grandes corporações.

Outro aspecto importante abordado por Oliveira (2018) é o impacto do regime de tributação simplificada, como o Simples Nacional, que busca desonerar as pequenas empresas para que elas possam reinvestir seus recursos no próprio negócio. Oliveira ressalta que esse regime de tributação diferenciada permite maior previsibilidade financeira para os empresários, facilitando o planejamento estratégico e o crescimento sustentável. Além disso, o autor destaca a importância da simplificação nas obrigações acessórias para reduzir a carga administrativa sobre essas empresas, o que contribui para que elas possam focar em suas atividades principais.

Assim, o conceito de pequena empresa no Brasil não se resume apenas ao faturamento anual, mas também às suas funções econômicas e sociais. Essas empresas são peças-chave para o desenvolvimento econômico local e nacional, contribuindo de forma expressiva para a geração de emprego e renda, especialmente em regiões mais afastadas dos grandes centros econômicos.

Essas empresas se destacam pela capacidade de adaptação e inovação, características que permitem sua inserção e permanência no mercado, mesmo em cenários adversos. Além disso, ao se beneficiarem de regimes tributários simplificados como o Simples Nacional, elas conseguem reduzir custos operacionais, o que fortalece sua competitividade.

As pequenas empresas são aquelas que se enquadram em uma determinada faixa de faturamento, cujo limite anual não pode exceder R\$ 4.800.000,00, de acordo com a Lei Complementar nº 155/2016. Essas empresas apresentam uma taxa de rotatividade menor em comparação às de médio e grande porte, mas maior do que a das microempresas (Leal; Treter, 2018).

As empresas de pequeno porte pagam mensalmente uma porcentagem do faturamento que inclui tributos como PIS, IPI, INSS, entre outros. Contudo, essas empresas não têm acesso a créditos específicos para o ICMS e o IPI e não são obrigadas a contribuir com entidades como Sesc, Senai, Sebrae e Senac.

A importância das pequenas empresas para a economia é indiscutível, sendo um dos principais motores de crescimento econômico e geração de empregos. De acordo com dados do Sebrae, as pequenas empresas são responsáveis por aproximadamente um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e respondem por mais de 54% dos empregos formais no país (Silveira, 2021).

Esse número demonstra o impacto social e econômico dessas empresas, pois, além de movimentarem a economia, contribuem para a redução do desemprego e fomentam o desenvolvimento local. Além disso, essas empresas costumam operar em diversas áreas, desde comércio e serviços até a indústria, gerando renda para uma ampla parcela da população. Cabe salientar que, ao contrário das grandes empresas, as pequenas se beneficiam do Simples Nacional, um regime tributário que facilita o pagamento de impostos, promovendo o desenvolvimento desse segmento.

Mesmo diante da crise econômica agravada pela pandemia em 2020, houve um aumento significativo na geração de empregos pelas pequenas empresas. Em 2021, as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela criação de 76% dos novos empregos formais no Brasil, segundo o Ministério da Economia, impulsionadas por medidas governamentais de incentivo, como a ampliação de linhas de crédito e a flexibilização tributária. Esses dados reforçam a importância

do setor para a recuperação econômica do país pós-pandemia (Ferreira; Santos, 2021).

Assim, percebe-se que as pequenas empresas estão conquistando um espaço crescente no mercado competitivo, em grande parte devido à implementação de diversas políticas públicas voltadas para o apoio e fortalecimento desses negócios.

Um dos aspectos mais significativos das pequenas empresas é sua capacidade de fomentar o empreendedorismo e a inovação. Por estarem mais próximas das comunidades, elas conseguem identificar rapidamente as necessidades e tendências do mercado, respondendo com agilidade e criatividade. Esse dinamismo é um diferencial que permite às pequenas empresas explorar nichos específicos que muitas vezes são negligenciados por grandes corporações. Além disso, essas empresas atuam como incubadoras de novas ideias e tecnologias, o que ajuda a criar um ambiente favorável à inovação e ao desenvolvimento de novos produtos e serviços (Garcia; Nascimento, 2020).

Apesar desse avanço, as pequenas empresas ainda enfrentam um alto índice de falências em comparação com as empresas de maior porte. Cerca de 22,5% dessas empresas fecham suas portas nos primeiros cinco anos de operação, evidenciando a necessidade de fortalecer ainda mais o suporte a esse segmento para garantir sua sustentabilidade a longo prazo (SEBRAE, 2024).

No entanto, apesar de sua importância, as pequenas empresas enfrentam desafios consideráveis, como o alto índice de mortalidade nos primeiros anos de operação. De acordo com o Sebrae (2022), aproximadamente 22,5% das pequenas empresas fecham suas portas nos primeiros cinco anos de atividade.

As razões para esse fenômeno variam, incluindo dificuldades de acesso a crédito, alta carga tributária e falta de gestão eficiente. Mesmo assim, com o apoio adequado de políticas públicas que facilitem o acesso a financiamentos, treinamento e capacitação, as pequenas empresas têm o potencial de continuar sendo um pilar fundamental para a economia brasileira, contribuindo para o crescimento sustentável e para a melhoria das condições de vida no país.

3.3.4 Micro empresa

A definição de microempresa (ME) no Brasil tem base na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conhecida como o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que estabelece normas gerais para o tratamento diferenciado e simplificado de microempresas e empresas de pequeno porte em âmbito nacional. No contexto jurídico, microempresa é caracterizada principalmente pelo faturamento bruto anual, sendo considerada ME aquela que possui receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 (Brasil, 2006). Essa classificação, além de permitir acesso a benefícios fiscais e administrativos, também é fundamental para incentivar o desenvolvimento econômico e reduzir a informalidade no setor empresarial.

Segundo Dolabela (2002), a microempresa desempenha um papel essencial na economia brasileira, especialmente por sua capacidade de gerar empregos e atuar de maneira flexível em relação às demandas do mercado. Esse tipo de empresa é, em sua maioria, caracterizado por estruturas mais simples, com poucos funcionários e uma administração que geralmente é conduzida pelo próprio proprietário. Em razão de sua menor dimensão, as microempresas enfrentam desafios específicos, como acesso limitado a crédito e recursos financeiros, o que exige políticas públicas de incentivo e apoio para seu crescimento e sustentabilidade no mercado.

Outro aspecto importante destacado por Silva (2010) é o papel social das microempresas, principalmente em regiões periféricas e de menor desenvolvimento econômico, onde essas empresas contribuem para a inclusão social e a diminuição das disparidades regionais. As microempresas funcionam como um instrumento de democratização econômica, facilitando a entrada de novos empreendedores e a criação de oportunidades de trabalho, o que, por sua vez, impacta positivamente no desenvolvimento local.

Por sua vez, Melo e Cunha (2017) enfatizam a importância do tratamento jurídico diferenciado para as microempresas, o que inclui desde a simplificação no recolhimento de impostos, por meio do regime do Simples Nacional, até a flexibilização de exigências trabalhistas e tributárias. Esse tratamento visa minimizar os obstáculos burocráticos que geralmente afetam empresas de pequeno

porte e possibilitar que as microempresas se consolidem e expandam seus negócios. Dessa forma, o ambiente regulatório busca equilibrar a competitividade dessas empresas no mercado e garantir a viabilidade de seu crescimento sustentável.

A microempresa, enquanto categoria empresarial, não apenas possui relevância econômica, mas também cumpre funções sociais e culturais no cenário nacional. Ao abranger empresas de estrutura simplificada e menor capacidade econômica, o conceito de microempresa tem implicações diretas para o desenvolvimento social e a geração de empregos, além de contribuir para a economia brasileira como um todo, especialmente em setores e localidades onde grandes empresas não têm grande representatividade.

3.3.5 Médias empresas

As médias empresas no Brasil são definidas, de maneira geral, pelos critérios de faturamento e número de funcionários, embora esses parâmetros variem conforme o setor e a instituição responsável por sua classificação. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), uma média empresa é aquela cujo faturamento anual é superior a R\$ 4,8 milhões e igual ou inferior a R\$ 300 milhões, embora critérios distintos possam ser adotados por bancos e entidades governamentais para concessão de crédito e incentivos fiscais (SEBRAE, 2023). Essa classificação é essencial para direcionar políticas públicas e programas de incentivo específicos, voltados ao crescimento e fortalecimento do setor.

Carvalho (2018) argumenta que as médias empresas ocupam uma posição estratégica no cenário econômico brasileiro, situando-se entre as pequenas empresas e as grandes corporações. De acordo com o autor, a estrutura das médias empresas é caracterizada por uma organização mais complexa do que a das pequenas, incluindo áreas específicas para cada função empresarial, como finanças, recursos humanos e marketing, o que contribui para uma operação mais eficiente. Contudo, Carvalho destaca que essas empresas ainda enfrentam desafios para competir com grandes empresas em questões de inovação, infraestrutura e acesso a recursos financeiros de longo prazo.

Para Souza e Menezes (2020), as médias empresas possuem uma função vital para o desenvolvimento social e econômico, principalmente ao fomentar a cadeia de suprimentos e a geração de empregos qualificados. Eles apontam que esse porte empresarial tem um impacto direto na economia regional, pois tende a investir em áreas menos concentradas e em mercados locais. Dessa forma, as médias empresas atuam como intermediárias no mercado, conectando pequenas e grandes empresas e gerando valor para a economia local.

Por outro lado, Martins (2021) destaca o papel das políticas de incentivo para as médias empresas, como linhas de crédito e financiamento facilitado, que são essenciais para seu crescimento e inovação. Segundo o autor, a concessão de crédito específico para médias empresas visa apoiar sua expansão e modernização, permitindo que essas empresas aumentem sua competitividade em relação às grandes corporações. Além disso, Martins afirma que a desburocratização no acesso a esses recursos é uma medida importante para fortalecer esse segmento e estimular sua capacidade de geração de emprego e renda.

Assim, as médias empresas são reconhecidas pela sua capacidade de agregar valor à economia, gerando emprego e contribuindo para o desenvolvimento de setores econômicos e regiões menos industrializadas. Apesar de enfrentarem desafios para competir com grandes empresas, essas organizações desempenham um papel crucial no desenvolvimento de uma economia mais equilibrada e diversificada no Brasil.

CAPÍTULO IV

4. ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro é um conjunto de instituições que conecta empresas e investidores com o objetivo de facilitar negociações e transações financeiras, incluindo títulos públicos, ações e fundos de investimento. Sua estrutura é composta por diversas instituições financeiras e é dividida em diferentes segmentos, como os mercados de câmbio, crédito, monetário e de capitais. O funcionamento do mercado financeiro envolve a compra e venda de ativos entre instituições, como bancos, corretoras e órgãos governamentais, servindo essencialmente para conectar compradores e vendedores.

De acordo com Pesente (2019), o mercado financeiro é organizado em diferentes setores principais:

Mercado Cambial: Este segmento é responsável pela negociação de unidades monetárias de diversos países, permitindo a troca de moedas estrangeiras. Ele é essencial para operações de importação e exportação, onde empresas precisam de moeda estrangeira para realizar transações fora de suas fronteiras. As operações são intermediadas por instituições financeiras autorizadas, como os bancos, e são reguladas pelo Banco Central do Brasil, que controla as políticas cambiais e a taxa de câmbio.

Mercado de Crédito: Este segmento abrange transações envolvendo cartões de crédito internacionais e transferências financeiras, atendendo às necessidades de pessoas e empresas que buscam recursos para consumo ou capital de giro. As operações podem ser de curto ou médio prazo e incluem os empréstimos concedidos por bancos a diversos agentes econômicos. As operações de empréstimos e financiamentos, que abrangem tanto pessoas físicas quanto jurídicas, ocorrem no que é conhecido como mercado bancário. O Banco Central do Brasil desempenha um papel fundamental nesse setor, sendo o principal órgão responsável pela sua regulamentação, controle e supervisão.

Mercado Monetário: Este segmento está relacionado às transações de curtíssimo prazo, como transferências entre instituições financeiras que ocorrem de um dia para o outro. O mercado monetário concentra-se em operações que controlam a oferta de moeda e as taxas de juros, visando garantir a liquidez na

economia. O Banco Central do Brasil atua nesse mercado por meio de políticas monetárias, utilizando três instrumentos principais: o depósito compulsório, os redescontos e as operações no mercado aberto.

Mercado de Capitais: Este mercado facilita a liquidez das empresas ao possibilitar a compra e venda de títulos emitidos e valores mobiliários, envolvendo empresas, investidores e intermediários. Ele é crucial para o processo de capitalização, onde os principais títulos emitidos incluem ações, que representam o capital das empresas, e instrumentos de dívida, como debêntures e commercial papers.

Esses mercados são essenciais para o desenvolvimento econômico, pois permitem a circulação de dinheiro e recursos entre diferentes agentes econômicos, favorecendo o crescimento das empresas e a estabilidade da economia como um todo.

4.1 MERCADO DE CAPITALIS

O Mercado de Capitais é o ambiente onde ocorrem negociações de valores mobiliários, como títulos de dívida, moedas e ações, entre outros. Os principais participantes nesse mercado são os investidores, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, e os tomadores de recursos, como o Governo Federal, bancos e instituições financeiras, que emitem títulos, ativos ou produtos. O objetivo principal do mercado é facilitar as operações e regular o ambiente, envolvendo diversas instituições, como bancos e corretoras de valores (Pesente, 2019).

Quando se fala em Mercado de Capitais, refere-se à negociação de títulos emitidos por empresas privadas, como ações e debêntures (títulos de crédito ao portador), além da subscrição de outros produtos. Esse mercado é dividido em dois segmentos principais: o mercado primário e o mercado secundário.

O mercado primário é caracterizado pela emissão de novos títulos. Toda vez que uma empresa emite um título para captar recursos, o valor arrecadado é direcionado diretamente para o capital da empresa ou para o financiamento de suas atividades.

O mercado secundário é responsável pela compra e venda de valores mobiliários, como ações de uma empresa, que já foram emitidos anteriormente no

mercado primário, seja por oferta pública ou privada. Ou seja, no mercado primário, o título é negociado pela primeira vez, e o capital arrecadado vai diretamente para a empresa emissora. No entanto, no mercado secundário, as negociações subsequentes ocorrem entre investidores, sem que haja impacto no capital da empresa.

Quando um título é vendido pela primeira vez, o valor da venda entra diretamente para a sociedade anônima que o emitiu. A partir desse momento, os investidores podem optar por manter ou negociar o título, visando possíveis ganhos futuros (Sperandio, 2021). Após essa primeira venda, qualquer nova negociação ocorre apenas entre os proprietários do título, sem que haja influência no capital da empresa emissora. Nesse contexto, entra em cena a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma instituição pública vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável por regular e supervisionar as negociações de valores mobiliários no mercado.

A seguir, será abordado o funcionamento dos títulos de renda variável e dos títulos de curto e médio prazo no mercado financeiro. Os títulos de renda variável, como as ações, podem ser negociados no mercado e seu valor pode oscilar dependendo do desempenho da empresa emissora. Já os títulos de renda fixa, como debêntures e commercial papers (títulos de dívida de curto e médio prazo), apresentam rendimentos mais previsíveis. Dessa forma, as ações representam a renda variável, enquanto as debêntures e os commercial papers são exemplos de títulos de renda fixa (Gomes, 2020).

As debêntures são títulos de dívida emitidos por empresas que conferem ao investidor o direito de crédito, funcionando como um tipo de empréstimo. Esses títulos representam a dívida de médio ou longo prazo de uma empresa, e quem os adquire tem o direito de receber o pagamento do valor devido pela empresa emissora.

Por outro lado, os commercial papers são uma alternativa às operações tradicionais de empréstimos bancários, oferecendo uma forma de captação de crédito que reduz as taxas de juros devido à eliminação da intermediação bancária. Esse tipo de título é frequentemente utilizado pelas empresas para obter recursos financeiros de curto prazo, suprimindo uma necessidade imediata de capital de giro e aumentando a liquidez momentânea (Guedes, 2015).

Embora ambos os instrumentos – debêntures e commercial papers – tenham como objetivo a obtenção de recursos no mercado financeiro, há diferenças importantes entre eles. As debêntures são voltadas para o médio e longo prazo, enquanto os commercial papers são focados nas necessidades de curto prazo, o que faz com que esses títulos sejam escolhidos de acordo com as demandas específicas de financiamento das empresas.

4.2 MERCADO DE CAPITAIS E A ECONOMIA

O mercado financeiro desempenha um papel crucial na estabilidade da economia, permitindo que empresas e governos aloquem recursos para gerar liquidez. Nesse contexto, o mercado de capitais se destaca como um componente fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento econômico de um país. É nesse ambiente que ocorrem as negociações de títulos de empresas com capital aberto (Assaf Neto, 2014).

Essa atividade econômica do mercado financeiro, que envolve produtos e serviços de grandes empresas, atua como um mecanismo de equilíbrio da economia, sendo regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em outras palavras, a CVM desempenha uma função essencial ao equilibrar o risco e a segurança no mercado. Como os investimentos frequentemente apresentam riscos significativos, é necessário que haja uma supervisão rigorosa, uma vez que esses riscos estão relacionados à volatilidade dos ativos. Portanto, os investidores devem estar cientes dessa dinâmica antes de realizarem suas transações com ações e outros valores mobiliários.

O mercado de capitais opera com ativos de renda variável, sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que é responsável pela regulamentação e fiscalização desse ambiente, garantindo seu funcionamento mais eficiente e eficaz. Para alcançar esse objetivo, a CVM estabelece normas que devem ser seguidas pelas empresas que possuem ativos nesse mercado, como o registro e a documentação dos títulos negociados na bolsa de valores, além da apresentação de relatórios financeiros (Amorim Neto, 2019).

As empresas buscam aumentar seu capital por meio da emissão de títulos, que são transacionados no mercado de capitais. Esses títulos podem estar

associados ao capital social, como as ações, ou a empréstimos, como as debêntures e os commercial papers.

Nesse cenário, o mercado de capitais desempenha um papel crucial na formação de poupança, parte da qual é direcionada a investimentos, destacando sua importância para o desenvolvimento econômico de um país. Assim, as empresas emitem títulos com o intuito de fortalecer sua capitalização e promover o crescimento econômico, aumentando, a longo prazo, seus recursos no país por meio da acumulação de capital de giro e investimentos, transformando seu capital em frações (ações) e em dinheiro (Pinheiro , 2019).

CAPÍTULO V

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade é um pilar fundamental para a estruturação de empresas recém-estabelecidas, especialmente no que se refere à preparação para acessar o mercado financeiro. Em um cenário econômico cada vez mais competitivo, a contabilidade não se limita apenas ao registro de transações e à demonstração do patrimônio, mas se revela como uma ferramenta estratégica para o planejamento, a tomada de decisões e a atração de recursos.

Com registros precisos e relatórios financeiros bem estruturados, a contabilidade proporciona uma visão clara e confiável da situação financeira da empresa, fator essencial para garantir a credibilidade junto a investidores, instituições financeiras e demais stakeholders. Essa confiança, obtida por meio de uma contabilidade transparente e bem gerida, abre portas para diversas formas de financiamento, sejam elas por meio de empréstimos bancários, participação em fundos de investimento ou captação de recursos no mercado de capitais.

Além disso, a contabilidade permite que os gestores de empresas emergentes compreendam melhor seus custos, margens de lucro e fluxos de caixa, aspectos decisivos para a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo. Empresas que investem em uma estrutura contábil organizada conseguem manter um controle rigoroso sobre seus resultados, identificando rapidamente oportunidades e ameaças ao negócio. A partir dessas informações, os gestores podem delinear estratégias financeiras mais sólidas, minimizando riscos e maximizando o retorno sobre os investimentos.

A transparência e a segurança proporcionadas por uma contabilidade bem fundamentada são, portanto, requisitos básicos para empresas que desejam captar recursos, já que essas informações influenciam diretamente as decisões de investidores, cuja confiança é um fator decisivo para o sucesso de novos empreendimentos.

Outro ponto importante é que uma contabilidade organizada permite que a empresa cumpra exigências legais e fiscais, garantindo conformidade com as regulamentações vigentes e evitando sanções que possam comprometer sua

estabilidade financeira. Essa conformidade é essencial para empresas que almejam acessar o mercado financeiro, pois demonstra que a organização está preparada para operar de acordo com os padrões estabelecidos. O cumprimento dessas exigências fortalece a imagem da empresa, tornando-a mais atrativa para investidores que valorizam transparência e processos bem estabelecidos.

A longo prazo, uma contabilidade estratégica e bem gerida contribui para a criação de valor e para o fortalecimento da posição da empresa no mercado. Ao consolidar informações financeiras precisas e detalhadas, a contabilidade permite que os gestores tenham maior controle sobre os ativos e passivos da empresa, além de possibilitar projeções financeiras mais realistas e fundamentadas. Dessa forma, é possível planejar expansões, otimizar recursos e antecipar investimentos que promovam o crescimento sustentado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J., et al. (2021). **A Contabilidade como Instrumento de Gestão Financeira e Tomada de Decisões Estratégicas**. Revista de Contabilidade e Controladoria, 15(1), 1-15.
- ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BRAGA, Antônio Wellington. **A Importância da Contabilidade para Micros e Pequenas Empresas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. Juazeiro do Norte, 2019.
- CARVALHO, Cláudio André et al. **A importância da apuração da movimentação financeira nas empresas: Um estudo de caso em uma indústria do setor de alimentos**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 2, n. 3, 2019.
- CAMPOS, Jessica de Freitas; SILVA, Pamela Fernanda; ALENCAR, Raianna Suellen da Silva; AGOSTINI, Carla; SILVA, Fábio Bruno da. **A importância da contabilidade gerencial na gestão das empresas: um estudo de caso com os produtores de biscoitos em São Tiago**. Simpósio de Excelência Em Gestão e Tecnologia, 16, 2019. Porto Alegre, RS. Anais... Porto Alegre, RS, Faculdade Dom Bosco, 2019. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos19/21728183.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- COSTA, F. R., & SOUSA, M. P. (2019). **A importância da análise contábil para a gestão de riscos em pequenas empresas no mercado de capitais**. *Revista de Gestão Empresarial*, 14(2), 54-71. DOI: 10.5007/1984-3372.
- COSTA, Wênkyka Preston Leite Batista da; SILVA, Jandeson Dantas da; OLIVEIRA, Andressa Daiany de; ALMEIDA, Lydinéa Bezerra de; SILVA, Maria Eduarda Dantas da. Utilização da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 2, p.49-58, 2020.
- DIAS, M. A. P. et al. Controle interno: Uma análise das práticas adotadas por micro e pequenas empresas. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 11, n. 1, 2019.
- FERREIRA, R. C. O. Eufrásia Teixeira Leite: A Primeira Mulher Investidora do Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 8, n. 24, 2021.
- FRANCO, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2016.
- GARCIA, P. R.; NASCIMENTO, A. F. Desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista Brasileira de Administração**, v. 12, n. 4, p. 95-110, 2020.

GUIMARÃES, F.; CARVALHO, S.; PAIXÃO, L. **Gestão de pequenas empresas: Fundamentos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Empresa, 2018.

GOMES, Márlcio Lúcio Ribeiro. A contabilidade como ferramenta de gestão empresarial. **Revista Científica**, n. 49, 2014. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/contabilidade-como-ferramenta-de-gestao-empresarial-0>. Acesso em: 7 set. 2024.

GOMES, Ana Maria et al. **Gestão de pagamentos a fornecedores: Um estudo de caso em uma empresa de médio porte**. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 30, n. 80, 2019.

JORDAN, B. D.; MILLER, T.; DOLVIN, S. *Fundamentals of Investments: Valuation and Management*. 1ª ed. **McGraw-Hill Education**, 2017.

LEITE, Sérgio Luís de Sousa; OLIVEIRA, Marcio Marcelo de; PEREIRA, José Roberto Moura; GUIMARÃES, Marcelo Madeira. História da contabilidade, uma revisão literária. **Revista de trabalhos acadêmicos-campus Niterói, nº. 10 XII Semana de Extensão XVI Jornada de Iniciação Científica 2014**, 2014.

LEAL, Mateus dos Santos Cezar; TRETER, Jaciara. **Reflexos da Lei Complementar nº 155/2016 para microempresas e empresas de pequeno porte**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade de Cruz Alta. Cruz Alta, 2018.

LIMA, Ana Beatriz et al. **Elaboração de demonstrações financeiras em conformidade com as normas contábeis: Um estudo de caso em uma empresa de médio porte**. *Revista de Administração e Contabilidade*, v. 15, n. 1, 2018.

LUNKES, Rogério João; BORBA, José Alonso; BORBA, Magali Hanh. **Projeção do fluxo de caixa: Uma ferramenta para a gestão financeira das organizações**. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 29, n. 76, 2018.

NAKAMURA, Wilson Toshiro. **Gestão de fluxo de caixa em empresas de pequeno porte: Uma análise sob a perspectiva dos contadores**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 4, n. 9, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de; LIMA, Ana Paula de. **Gestão de verbas financeiras em organizações: Práticas e desafios**. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 30, n. 82, 2019.

PEREIRA, R. A.; LIMA, R. P. **Controle interno na prevenção de fraudes**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 5, n. 11, 2020.

SANTOS, L., & VASCONCELOS, P. (2019). **A Importância da Contabilidade na Gestão Financeira: Um Estudo de Caso em uma Empresa do Setor de Serviços**. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 30(79), 134-148.

SANTOS, Carlos Roberto dos et al. **Controle de custos e eficiência operacional: Um estudo sobre a apuração de custos em uma empresa do setor de serviços**. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 31, n. 83, 2020.

SEBRAE. **Perfil das micro e pequenas empresas no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 8 set. 2024.

SILVEIRA, P. **Impacto da pandemia nas pequenas empresas e geração de empregos**. *Revista Brasileira de Economia*, v. 8, n. 2, p. 112-135, 2021.

SILVA, Maurício Souza; ASSIS, Francisco Avelino de. A história da contabilidade no Brasil. **Negócios em Projeção**, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015.

SILVA, Carlos Roberto da; SANTOS, Luís Alberto Pereira. **Contadores e a atualização nas normas contábeis: Uma abordagem prática para a conformidade contábil**. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 31, n. 83, 2020.

SILVA, Carlos Roberto da; OLIVEIRA, André Luis Lopes. **Contadores e interpretação de indicadores: Uma abordagem prática para a tomada de decisões baseadas em dados**. *Revista de Gestão Financeira*, v. 5, n. 3, 2020.